

**COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E MINORIAS****REQUERIMENTO Nº DE ABRIL DE 2014  
(Do Sr. Henrique Afonso)**

Requer que a Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM) encaminhe Requerimento de Indicação ao Governo Federal para que o Ministério da Educação abra as negociações com os Técnicos-Administrativos em Educação das Universidades Brasileiras, que deflagraram greve desde o dia 17 de março de 2014.

Senhor Presidente:

Requeiro nos termos do art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM) encaminhe Requerimento de Indicação ao Governo Federal para que o Ministério da Educação abra as negociações com os e os Técnicos-Administrativos em Educação das Universidades Federais, que deflagraram greve desde o dia 17 de março de 2012

## JUSTIFICATIVA

Os servidores técnico-administrativos em educação das universidades brasileiras, se encontram em greve desde o mês de março de 2014, exigindo que o governo cumpra na totalidade com os acordos firmados em greve realizada no ano de 2012 e solicitando que sejam tratados com prioridade os diversos problemas que prejudicam o melhor desempenho da categoria.

Estamos diante de uma situação delicada, tendo em vista que há mais de 20 anos que esses servidores das Universidades Públicas Federais Brasileiras não recebem reajustes que acompanhem a inflação desses anos, e nunca receberam aumento salarial nenhum.

Este assunto merece ser tratado com especial atenção, tanto por ser uma questão que afeta diretamente o desenvolvimento da educação, como pela importância de estarmos atentos, como representantes do povo brasileiro, na luta pelo respeito e pela dignidade desses cidadãos que precisam ter seus direitos humanos e de seus familiares garantidos.

Estes servidores se encontram com significativas perdas salariais. A data-base, que era o momento anual em que os servidores federais tinham para negociar suas perdas inflacionárias, foi extinta no início da década de 90, inviabilizando ainda mais seu poder de negociação. Hoje sofrem com um percentual de perdas salariais de aproximadamente 179%.

Essa categoria hoje, em nível nacional, conta com cerca de 180 mil trabalhadores responsáveis pelo funcionamento das universidades deste país, garantindo a formação de milhares de profissionais, bem como da produção do conhecimento através do ensino, da pesquisa e extensão.

Mas, lamentavelmente, sofrem com o menor piso e teto salarial do funcionalismo público federal, aproximadamente 1 (hum) salário mínimo e meio.

Além disso, diversos problemas causados pelo aprofundamento do processo de terceirização, o consequente aumento da precarização do trabalho, a falta de concursos públicos que atenda toda a classificação da categoria como consta no RJU (Regime Jurídico Único), enfim inúmeros outros percalços vem dificultando, significativamente, um melhor desempenho da categoria.

Esta Casa tem papel relevante para subsidiar implementação de modelos legais e políticas públicas pautados na proteção dos direitos humanos e trabalhistas fundamentais, o que justifica diálogo, por diferentes atores, sobre lacunas e desafios da educação, em especial do ensino superior público, gratuito de qualidade deste país, posto que se faz necessário um esforço conjunto e articulado para o devido enfrentamento dos inúmeros problemas que o assolam.

Neste momento é necessária a união dos poderes constituídos na sociedade e que juntos, governo, parlamentares, líderes sindicais, servidores e população em geral possamos buscar a melhor saída possível para esta questão.

Na certeza da costumeira atenção de V. Ex.<sup>a</sup>,  
Aguardamos, juntamente com os servidores envolvidos nesta situação de angústia, pela resposta positiva dessa Comissão.

Sala das Sessões, em

de 2014.

Deputado HENRIQUE AFONSO